

1 36ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

2
3 Brasília/DF.

4 07 de Dezembro de 2016.

5
6 *(Transcrição ipso verbo)*
7 *Empresa ProiXL Estenotípia*
8
9

10 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Item**
11 **3.5 da pauta, deliberação sobre proposta de Resolução que aprova os**
12 **mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da**
13 **União na bacia hidrográfica de Rio Paranaíba.** Matéria encaminhada pela Câmara
14 Técnica de Cobrança pelo uso de recursos hídricos, CTCOB. O Comitê de Bacia
15 da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba aprovou por meio da deliberação nº 61 de
16 10 de maio de 2016, os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos
17 hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, que foi
18 analisada pela CTCOB e pela CTIL. Convido o representante do Comitê de Bacia
19 Hidrográfica do Rio Paranaíba para fazer a defesa da solicitação.
20
21

22 **O SR. BENTO DE GODOY NETO (CBH Paranaíba) –** Estamos ocupando a pauta
23 do Conselho Nacional. Está trabalhando. Não deixa o Comitê parar. Essa
24 cobrança foi, como a Maria Aparecida falou aqui, o nosso também foi somente só
25 saiu do Comitê quando estava completamente consensuada entre todos. Foi
26 completamente consensuada entre todos os membros, todos os usuários do
27 Comitê. É uma cobrança que se não completamente satisfatória em seus valores,
28 para alguns ela traz uma inovação muito mais pela inserção da questão da
29 cobrança dentro de Estados como Goiás, por exemplo, que não tem nenhum rio
30 de cobrança, o próprio Mato Grosso do Sul também. Então, traz esse instrumento
31 para dentro desses Estados como um embrião ali para ser desenvolvido e
32 inclusivo nos rios estaduais. Então, o Comitê trouxe essa questão. Já foi apreciada
33 na CTCOB e na CTIL. E existe até uma moção já encaminhada para este
34 Conselho, que seja mantida, como saiu do Comitê de Bacia que foi fruto de um
35 pacto. E que existe também nessa mesma moção um compromisso de se discutir
36 e trazer até o Conselho Nacional dentro de um prazo de até três anos uma revisão
37 dos valores e dos próprios mecanismos em que pese qualquer tipo de alteração
38 identificada pelo Comitê de Aperfeiçoamento ou algo semelhante. OK. Muito
39 obrigado então.
40
41

42 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –**
43 Convido representante da Agência Nacional de Águas para apresentar a Nota
44 Técnica 4/16.
45
46

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Obrigado, secretário. Boa tarde conselheiros e demais presentes. A Agência Nacional de Águas têm a atribuição de subsidiar o Conselho Nacional de Recurso Hídricos sobre as propostas encaminhadas pelos Comitês de Bacia de domínio de rios de domínio da União, a respeito dos valores a serem definidos para a cobrança na bacia. Para que nós tenhamos uma apresentação em relação a Nota Técnica, que nós encaminhamos a Secretaria Executiva, que foi apreciada no âmbito da CTCOB e da CTIL também. Só para nós situarmos um pouco a territorialidade da bacia do Rio Paranaíba, é exatamente a bacia que nós estamos agora. Ela possui territórios tanto no Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. São nove unidades de planejamento estadual. E a unidade de planejamento do Comitê de Integração que é a bacia como um todo. Então são quatro unidades goianas, três mineiras e uma sul-mato-grossense e uma no Distrito Federal. Os Comitês de bacia estão instalados na porção goiana, o mais antigo é o Meia Ponte que já tem uma história, os outros três estão iniciando os seus trabalhos. Minas Gerais também tem instalado os três Comitês de bacia. No DF tem o Comitê do Paranoá, instalada e em funcionamento. No Santana Aporé ainda não há Comitê instalado. O rio de domínio da União principal é o próprio Rio Paranaíba, mas tem muitos afluentes que vem do Distrito Federal que são de domínio da União; Distrito Federal não tem muito contorno de bacia e acaba tendo alguns cursos d'água, embora pequenos em termos de vazão, mas são de domínio da União para atravessarem a divisa do DF com o Goiás. Então, por exemplo, o Rio Descoberto é um rio de domínio da União, temos o Rio São Marcos que faz divisa com Minas Gerais e Goiás, que é um rio de domínio da União que é onde a cobrança proposta pelo Comitê vai se incidir, nos rios de domínio da reunião da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba. O Comitê do Paranaíba foi instalado em 2008. E nessa bacia a única cobrança instalada atualmente é a cobrança mineira de bacia do Rio Araguari. A cobrança que foi instituída proposta pelo Comitê Araguari, aprovado pelo Conselho de Recursos Hídricos Mineiro em 2010. Tem uma arrecadação aproximada de cinco milhões de reais por ano. E atua aqui uma entidade equiparada a Agência de Bacia que é exatamente a ABA, que vocês acabaram de aprovar a nova prorrogação da delegação em termos de rios da União também. Então, a ABA já atua como entidade equiparada de bacia na área de atuação do Comitê Araguari. Em relação a nossa Nota Técnica, que nós vamos apontar as principais conclusões lá emitidas. Primeiro, que os valores são inferiores aos já aprovados pelo CNRH. Nós fizemos um comparativo com outras bacias que a frente nós vamos mostrar um gráfico, mas eles são inferiores ao que o CNRH vem aprovando para as demais bacias. Isso por si só talvez não seja a questão principal, mas o reflexo disso é crucial que o baixo potencial de arrecadação nós vamos ver na sequência qual o potencial de arrecadação que essa bacia terá com a cobrança em rios de domínio da União. Essa baixa arrecadação não suprirá os custos estimados para a agência no plano da bacia do próprio Comitê. Então, os recursos a serem arrecadados serão inferiores ao seu limite de custeio ao cumprimento do que é estimado de custeio para a agência de água da bacia. Apresenta alguns mecanismos setoriais que são chamados coeficientes multiplicadores que podem não ter o efeito desejado pelo Comitê em relação ao incentivo ao uso racional da água. E estar contribuindo esses

94 multiplicadores ainda mais para diminuir esse potencial de arrecadação da bacia,
95 cerca de 15% de redução. Então, aqui em relação aos valores, nós fizemos um
96 gráfico comparativo do que seria o preço médio do que se tem aplicado nas outras
97 bacias de domínio na União que foram aprovados aqui pelo Conselho. Aqui tem o
98 Paraíba do Sul, o PCJ, o Rio São Francisco, o Rio Doce e o Paranaíba se situaria
99 aqui. O Bento destacou que positivamente o Comitê já reconheça que não é um
100 grande potencial de arrecadação da bacia com esse preço médio que é
101 praticamente metade do que se é praticado hoje no Paraíba do Sul e o no PCJ. E
102 o quarto que seria praticado no Doce. A bacia vai conseguir obter uma
103 arrecadação nos dois primeiros anos de sete milhões. Para nós termos uma ideia
104 tanto o Paraíba do Sul, o PCJ, o próprio São Francisco e o Doce operam hoje,
105 considerando as cobranças tanto da União como as estaduais com um volume de
106 recursos superior a 20 milhões, quando não, superior a 30 milhões. Como, por
107 exemplo, o PCJ e o São Francisco operam com volume de recursos superior a 30
108 milhões. Essa bacia, se nós somarmos os cinco milhões que é proveniente da
109 cobrança do Rio Araguari, nós teremos uma bacia operando com 12 milhões, ou
110 seja, metade do que já se pratica o mínimo em outras bacias. E outro risco que
111 vão incorrer essa proposta do Comitê é algo que vem sendo observado em outras
112 bacias, que é a estagnação do preço nominal, do que nós chamamos de PPU,
113 preço proposto pelo Comitê, por um longo período de tempo. O que significa que
114 os preços ao longo do tempo estão caindo. Os Comitês e os sistemas não têm o
115 critério para estabelecer revisões e reajustes de valores. Esses valores estão se
116 estagnando durante muito tempo e ocasionando prejuízo para a gestão. Uma das
117 mais evidentes são o custeio das agências de água. As agências de água ano
118 após ano vem passando dificuldade porque em termos reais o arrecadado está
119 caindo e o custeio delas estão aumentando. Custo de pessoal aumenta, aluguel,
120 luz, água, todos os insumos da entidade delegatária. Então, conforme foi
121 manifestado e já foi até aprovado aqui, o Comitê quer ter sua agência de água,
122 que no caso optou-se por entidade delegatária. O limite de custeio do potencial de
123 arrecadação, de sete milhões, mesmo somados aos cinco milhões do Araguari,
124 não cumpre os custos estimados no plano. Mesmo que essa cobrança possa ser
125 estendida a toda bacia do Rio Paranaíba, atingindo todas outras sete unidades de
126 gestão estaduais. E o recurso que vai ter para custeio da agência a partir desses
127 sete milhões é muito similar ao que a ABHA já opera olha hoje para exercer
128 somente a função de Secretaria Executiva. Hoje a ABHA opera como Secretaria
129 Executiva praticamente no mesmo volume de recurso que ela receberá agora
130 possivelmente com a necessidade de ser agência completa da bacia. Então, as
131 principais conclusões e sugestões da nota é que o CNRH solicitasse ao CBH
132 Paranaíba a redistribuição dos valores dos PPU propostos. Inclusive a
133 progressividade que é feita, vocês devem ter visto a deliberação, há uma
134 progressividade de implementação da cobrança com os valores graduais até o
135 quinto ano. E também desses coeficientes multiplicadores. E também sugerimos
136 ao CNRH que já estabeleça critérios e procedimentos de correção dos preços
137 praticados em rio de domínio da União. Para nós termos uma ideia, o setor elétrico
138 hoje paga pelo uso de recursos hídricos e já é critérios de procedimentos para a
139 correção dos preços pagos porque é provenientes lá da SEFUR que é calculado
140 em cima de um preço, que é atar, que há critérios de revisão e reajustes

quadrienais. Eu acho que eram essas conclusões. Aqui está o nome do nosso coordenador que estava pela manhã e teve que sair. E eu fiz a apresentação no lugar dele.

(Palmas).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok. Agradeço. Convido a presidente da CTCOB, Livia para informar como se dá a tramitação da matéria.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Gente, esse assunto foi muito debatido na CTCOB. Foi um assunto que deve ter durado umas seis horas de reunião. Muito polêmico porque, como o Marco e o próprio Comitê já apresentaram aqui, o Comitê fez a apresentação da Resolução assim como ele fez aqui eu acho até com mais detalhe na CTCOB. E ao longo da apresentação da Resolução eles demonstraram para nós o escalonamento que está sendo proposto, os valores que estão sendo propostos e o processo decisório que foi no Comitê consensuado. Além disso, as diferenças de coeficientes que o Comitê está propondo, está trazendo, inclusive como inovação. Que são muito interessantes, mas que venham causar impacto no preço final. E aí após teve a apresentação da Ana sobre a Nota Técnica, muito similar ao que foi apresentado aqui, então não vou ficar repetindo. Mas destacando a implementação da cobrança na bacia, que isso seria um avanço para o sistema, mas destacando também que o valor proposto está longe de alcançar os objetivos da cobrança. E que os coeficientes que foram apresentados pelo Comitê são coeficientes que em determinados momentos eles venham a reduzir ainda mais o valor que está sendo cobrado. Então, isso agrava a situação do valor da cobrança e não atingiu o objetivo pelo qual ela está sendo proposta. E, além disso, a questão dos custos da agência versus os valores arrecadados que não seriam compatíveis. E aí nós fizemos duas votações. Uma primeira votação foi a sugestão de recomendação de que os mecanismos sobre os mecanismos de cobrança sobre um dos coeficientes, e a definição de um prazo de três anos para reavaliação do assunto pelo Comitê. E a outra opção seria excluir o escalonamento proposto e passar direto para o último ano do escalonamento, que é o quinto ano, que seria onde teria os valores maiores. E a votação que ganhou foi a recomendação de que os mecanismos que daqui três anos sejam rediscutidos pelo Comitê. E os valores também. E a outra votação que nós tivemos foi uma proposta da Agência Nacional de Águas, que está na Nota Técnica deles, que é o estabelecimento de um índice de correção permanente de valores de cobrança. E aí o fundamento da Agência Nacional de Águas é que esses valores ficam defasados com o passar do tempo. Nós, às vezes, ficamos dez, 12 anos sem revisar os valores que estão sendo cobrados. Então, há um déficit em relação a isso. Além disso, isso dificulta o atingimento dos objetivos da cobrança, além da questão da delegatária que que nós passamos a ter um valor nominal cada vez mais insuficiente para a manutenção da sua

entidade delegatária. E aí essa votação foi apertadíssima, como a votação anterior que foi sete a seis com uma abstenção, e essa votação foi sete a seis com voto de minerva. E a minuta de Resolução foi apresentada a CTIL com aquele parágrafo segundo que foi recomendado a exclusão pela CTIL, que fala justamente disso, desse índice de correção permanente. É uma inovação, isso não tinha sido trazido pelo Comitê, isso foi proposto pela Câmara Técnica e passado pela CTIL, e a CTIL recomenda a exclusão. E eu acho que o Júlio pode falar sobre isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Convido o presidente da CTIL, Júlio Thadeu, para explicar a tramitação na Câmara.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (CTIL) – A CTIL entendeu, não diria por unanimidade, mas por maioria quase total dos seus membros, que não caberia a nós Conselho definirmos qualquer coisa que vá para o Comitê em termos de cobrança, uma vez que pode ser inclusive inviabilizado. Vamos supor que o Comitê diga que é dez, o valor por metro cúbico. Aí o Conselho acha que isso é pouco. Que mais ou menos foi o que foi colocado pela Nota Técnica da ANA. Então o que cabe ao Conselho? Não cabe dizer: “olha, ao invés de usar dez você tem que usar 15”. Por que? Porque todo esse dez foi uma forma em negociação havido dentro do Comitê e também considerou a capacidade de pagamento dos usuários. Então, se o 15 pode ser, supor seria inviabilizado lá dentro do Comitê. Então, o que cabe a nós Conselho? Se acharmos que o valor está muito pouco ou está muito alto, devolver para o Comitê e dizer: “por favor, reestudem que está muito pouco ou está muito alto”. A inovação que foi colocada vai nesse sentido, quer dizer, está estipulando para o Comitê um índice de correção monetária que não foi definido. E também nós não sabemos. Quer dizer, se isso vai resolver ou não vai resolver, se vai afetar também a capacidade de pagamento dos usuários da bacia. Por isso, a CTIL, como passou na CTCOB, isso não caberia ao Conselho fazer uma sugestão dessa. E sim, a ideia é interessante. Não questiono a ideia, é uma ideia que pode, nós sugerimos inclusive na CTIL, que deve ser discutida dentro de Conselho. Vamos fazer para todos os Comitês de Bacia com participação dos Comitês talvez colocar esse índice de correção monitoria, se for o caso definindo o índice. Mas não agora especificamente sem ouvir os Comitês e definindo o de cima para baixo que vai contra todo princípio da Lei que é a definição do local desses valores e a serem cobrado que é o que interessa. Então, foi, por isso, que a CTIL resolveu pela exclusão desse item, desse parágrafo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok. Vamos colocar em discussão a matéria? Tem mais conselheiros inscritos. Conselheiro João Fernandes.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB) – Sr. presidente, senhores conselheiros. Eu também sou membro da CTCOB e da CTIL, e participei da discussão. Aliás, nós passamos o dia todo, de 9h da manhã, só paramos para almoçar, até 16h40. Eu estava por lá para realizar essas duas votações de que falou a Lívia. Que uma saiu por voto de minerva e outra por um voto de diferença. Era exatamente questionando a inviabilidade dessa agência e consequentemente dessa proposta. A ANA tem razão de sobra. A ANA analisou tecnicamente, amostrou que é inviável. Agora essa inviabilidade decorre de um erro que o Brasil comete. Nós fazemos de conta que cobramos pela água, e os usuários fazem de conta que pagam pela água. Eu não estou falando de usuário de água potável tratada e entregue na rua, lá na porta de sua casa, que você paga três, quatro, três e cinquenta por cada metro cúbico. Eu estou falando de uma água, a água bruta que se entrega por cinco milésimo, dez milésimo que é um centavo. Neste caso aí vai ser quinze milésimo a proposta inicial. Admitindo se a correção, e correção monetária não é aumento, não é melhora de valor. É crescimento e não é melhora de valor. E essa brincadeira, senhor Jair e Dr. Sérgio está acontecendo em todos os Estados da Federação, com raríssimas exceções. Nós vimos lá no São Francisco. O São Francisco tem uma curva melhorada. Nós vimos também lá, São Francisco e o outro era o Rio Doce. O Rio Doce também tem um valor, digamos, razoável, mas insignificante. Porque todo mundo diz que água tem valor. A primeira coisa que está lá na Lei 9433 é que água tem valor. Mas que valor é esse? Para que serve concretamente esses recursos se não dá para sustentar a gestão de uma agência de bacia? E eu pergunto, o Governo deve estar gastando de oito a dez bilhões de reais para fazer a transposição das águas do São Francisco. O Governo Federal. Os estudos apontam na seguinte direção, deverão cobrar ou deveremos cobrar por encargo sobre recursos hídricos, que é a manutenção e operação da transposição, em valor fixo, Dr. Motta sabe muito bem disso, em valor fixo. Se a Paraíba não receber um litro d'água, mas tiver a possibilidade de abrir a torneira na cidade de Monteiro, tiver o direito de abrir a torneira, Paraíba terá que pagar aproximadamente 20 centavos para ter a segurança de abrir uma torneira. Se nós abrísssemos a torneira e começarmos a contar os metros cúbicos, por cada metro cúbico consumidor da Paraíba vai pagar 30 centavos. 20 com 30 dá 50 centavos. Sabe quanto é que a companhia de água e esgoto da Paraíba paga pela outorga da água? Um centavo. E isso se reproduz pelo Brasil. Nós tivemos mais recentemente e eu fiquei até meio feliz, quando falaram do Guandu. Rio, Minas e São Paulo se reuniram e saíram de um centavo, uma parte para quatro. Saiu outra parte de dois centavos para quatro. Ou seja, aumentou um dos segmentos, aumento em 300% no preço que cobra pela área.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – O Comitê Guandu do Rio de Janeiro quando fez o aumento para cumprir com o pacto com o CEIVAP, ele fez o aumento não de 100% do valor da cobrança, mas ele aumentou toda essa cobrança de seus setores para 0,04 centavos o metro cúbico. Tinham setores que eram um centavo o metro cúbico. Então esse aumento foi superior a 100%. E do

Rio de Janeiro, oito dos nove Comitês estão aprovando o seu aumento em 100% dos valores da cobrança.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB) – Veja só. Então, dobra esse valor. Aí nós aprovamos na Comissão um centavo. Aliás, aqui apareceu 15 milésimo por cada metro cúbico d'água. Com esses recursos não dá para cuidar da agência. E lá quando a Lei estabelece é não apenas para aquilo, mas para pensar em criar infraestrutura hídrica. E que nós vamos ficar para criar infraestrutura hídrica? Nós vamos passar a vida inteira dependo do governo municipal que não tem dinheiro, governo estadual que não tem dinheiro. Aliás, nós estamos em uma fase que está todo mundo quebrado. Mas se tivesse em condições normais, ainda assim, não dá para tirar oito bilhões de um governo e não remunerar nenhum centavo para investimento de ações. É claro que o Brasil deve muito ao Nordeste brasileiro. E fazer isso agora foi preciso. Começou no FHC, passou por Lula, chegou a Dilma e já chegou a Temer, e não posso dizer que a obra não vai acontecer porque eu estou me convencendo ou estou convencido de que o eixo leste é coisa a se consumir, por isso que eu queria chamar a atenção para isso. Nós precisamos de começar a mudar essa mentalidade. Não dá para aprovar uma proposta dessa natureza sem se estabelecer um preço razoável. Aliás, esse Conselho aí sim é onde entra o papel desse Conselho, orientar o Brasil no sentido de valorizar a água. Porque há nações no Mundo que não tinha água, tinha certeza que era difícil arranjar, mas tem hoje água e vive esnobando o resto do mundo, Israel. Tel Aviv. O esgoto de Tel Aviv é muito mais caro que a água que nós entregamos aqui. Tratada na casa do povo brasileiro. E todos os senhores sabem disso. Aqui não tem leigo, aqui só tem especialista para cima. Porque daí não tem sentido votar. Acho que essa proposta deve voltar para o Comitê e pedir para que ele faça uma reflexão. Os empresários que eventualmente utilizem essa água têm que entender que tem que colocar nos custos. Isso é um insumo produtivo como outro qualquer. Para mim, tanto faz comprar água como comprar um pneu. Tem que se colocar nos custos de produção. Porque do contrário, o Brasil nunca vai resolver o seu problema de água. Em alguns locais há águas demais e outros têm de menos. O que tem de menos não cobra nada. Por isso, a melhor solução é devolver essa matéria, devolver para o Comitê para que faça uma reflexão mais profunda e estabeleça um valor que viabilize a agência de águas. Primeiro que viabilize e que sobre alguma coisa, se não para fazer obra de infraestrutura hídrica, mas pelo menos para educar o povo dizendo que água tem valor e está escrito na Lei.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Eu vou falar de costa para alguns. Bom, primeiramente eu queria lembrar a todos que no ano passado, então vai fazer um ano, a indústria encaminhou numa discussão de aumento de PPU na bacia do PCJ, um pedido para que o instrumento cobrança fosse aperfeiçoado por esse Conselho. Seja no sentido de estabelecer um critério, uma norma sobre aumentos de preço, seja no sentido de dar acesso a cobrança pelo uso da água a todos que pagam. Porque talvez os senhores não saibam, mas a

327 irrigação, a indústria não tem acesso a cobrança pelo uso da água, só tem acesso
328 ONG e saneamento. E ninguém quer resolver isso. Desde 2003, que a cobrança
329 está assim. Desde 2003 que nós estamos pedindo um normativo que resolva isso,
330 não se mexe. Bom, pedimos também uma revisão do controle. Tratam contrato de
331 gestão como se fosse convênio. E com isso, as delegatárias não têm autonomia
332 para funcionar, para aplicar. No entanto, as vozes são sempre para aumentar
333 preço. Ninguém levanta a voz para melhorar o instrumento cobrança pelo uso da
334 água, tal como ele é posto na lei. Então, eu estou aqui de novo reivindicando esse
335 pedido que foi apresentado a esse Plenário, já vai fazer 365 dias. Ninguém se
336 mexe. Esse é um ponto. Segundo ponto que eu estou colocando. Há uma
337 inversão na interpretação absolutamente equivocada do que está escrita na Lei
338 sobre a cobrança no uso da água. Se os senhores pegarem a Lei, basta olhar no
339 Google, é muito fácil. Nós mentimos por só dois segundos com o Google na mão.
340 Então, nós não mentimos. Então, basta olhar na Lei que diz que essa cobrança só
341 pode sair 7,5% para custear o sistema. A Lei não diz que a cobrança tem que
342 custear o sistema. Em nenhum ponto da Lei está dito que ela tem que custear o
343 sistema. A Lei diz da cobrança só pode sair 7,5%? Por que? Por óbvio, por
344 sistema público tem que ser sustentado pelo orçamento advindo dos outros
345 impostos. É assim na França, onde nós copiamos bem esse modelo. Então, é o
346 outro ponto que nós não podemos equivocar porque no dia que o instrumento de
347 gestão chamado cobrança foi feito para manter uma agência a solução está posta,
348 não tem agência. Se é para isso? Para que eu vou criar um organismo público que
349 não tem condições orçamentárias de se manter e aí eu vou inventar mais um
350 tributo sobre o setor empresarial só para manter isso? Não. Então, não é assim
351 que tem que se pensar. Cobrança é feita para melhoria da gestão de recursos
352 hídricos para que as pessoas que usam água deem o real valor sobre a água. É
353 para isso que é feita a cobrança e não para manter a agência. Então, esse
354 raciocínio está absolutamente ilegal e equivocado. Terceiro ponto, a Agência de
355 Bacia do Paranaíba não se mantém apenas com recurso de calha do rio. Foi posto
356 isso em todos os estudos que a ANA fez, podem pegar. A agência se mantém
357 com 80% do recurso cobrado pelo Estado de Goiás que não cobra. Não tem
358 instituição. E aí falar que vai aumentar então do empresariado do Estado de Minas
359 Gerais? Que é o único que está pagando. Esta é a solução? Então, vamos pensar
360 bem quais são os verdadeiros motivos de uma agência não ter sustentabilidade.
361 Ela não terá. Pode colocar o preço a ponto de quebrar todo o empresariado que
362 ela não terá, porque 80% tem que vir de Goiás, e Goiás ainda não tem cobrança
363 implementada no Estado. Quarto ponto, o Comitê de Doce hoje se apresenta
364 como um valor que estão dizendo que é razoável, mas não começou assim.
365 Começou tal e igual está começando no Paranaíba porque é assim que começa.
366 Ninguém nasce grande não. Todo mundo nasce pequeno e vai crescendo.
367 Começou assim no CBH Doce. Está nesse ponto hoje porque começou
368 exatamente como está sendo posto agora. E por fim, hoje teve uma discussão
369 aqui de manhã e na qual, embora eu defendesse a moção, me sensibilizei questão
370 da forma. Parecia uma intervenção sobre esse Conselho sobre uma discussão no
371 Comitê. Eu mesmo me sensibilizei e vi isso que talvez não fosse mais adequada.
372 No entanto, agora mudou. Agora esse Conselho pode palpar em uma decisão do
373 Comitê. Está todo mundo aqui se sentindo muito à vontade para intervir em uma

374 decisão do Comitê de bacias hidrográfica. E só termino agora pedindo ao
375 secretário que talvez dentro dessas revisões administrativas e regulamentares,
376 porque o sistema amadurece e precisa de revisões, como foi posto aqui na
377 Resolução nº 5, que nós também fizemos uma revisão comportamental das
378 Câmaras Técnicas. Pelo seguinte, a Câmara Técnica é assessora desse Plenário.
379 Ela não pode vir por um tema, como foi bem dito pelo conselheiro. Ela é assessora
380 desse Plenário. Ela como assessora desse Plenário numa condição feita essa que
381 ficou quase que empatado, digamos assim, uma decisão, o parecer não é voto
382 vencido e nem o voto vencedor. O parecer é inconclusivo porque tantos disseram
383 assim e outros tantos, quase no mesmo número, disseram assado. A Câmara
384 Técnica não delibera. Então, a aprovação, votação fica muito esquisito no
385 colegiado que não é deliberativo. Esse colegiado ou sai por consenso ou os
386 dissensos têm que vir aqui muito bem relatados para que nós conselheiros, que
387 não participamos da discussão, saibamos porque votou a favor ou contra e quais
388 são os motivos. Porque como minha assessora, como a Câmara é minha
389 assessora dos membros desse Plenário, eu preciso saber do conteúdo das
390 discussões lá e não uma votação cinco a seis, seis a cinco, coisas desse tipo. É
391 isso. Obrigado.

392
393
394 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –**
395 Agradeço a intervenção da conselheira Patrícia. E como temos ainda vários
396 oradores inscritos, eu solicito que se atendem ao tempo regulamentar de três
397 minutos. Conselheiro Leonardo.

398
399
400 **O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (IMASUL) –** Presidente, eu ia até falar um
401 pouco, mas até para ficar nos nossos três minutos, eu vou passar a palavra ao
402 Bento, presidente do Paranaíba.

403
404
405 **O SR. BENTO DE GODOY NETO (CBH Paranaíba) –** Bem, eu acho que depois
406 do que a Patrícia falou. Então, nós percebemos aqui que todas as falas de
407 aumento de valores e tudo vieram de algum ponto, algum ponto bem menor, bem
408 mais baixo da curva do que o que tem hoje. Por exemplo, o Doce e etc., os
409 exemplos aqui, os top 10 vieram de baixo. Ainda mais de lugares onde você nunca
410 teve cobrança, uma coisa nova, está chegando ali igual Goiás. Goiás precisa
411 mesmo de ter essa cobrança, mas tem que começar por algum lugar. Então estão
412 começando pela calha. O valor acordado dentro do Comitê depois de dois anos, a
413 ANA diz que são quatro anos até de discussão, dentro do Comitê, chegou-se a
414 esses valores, nesse mecanismo. E hoje depois de indicação da própria CTCOB,
415 nós nos sensibilizamos enquanto Comitê e mandamos, inclusive uma moção que
416 foi mandada para todos os conselheiros, afirmando que temos a disposição
417 enquanto Comitê de até três anos, depois de começada a cobrança, melhora
418 alguma coisa do que nada, dentro desses Comitês que foi o possível acordado e
419 foi feito, para que voltar isso dentro de um Comitê para discutir de novo o que já
420 foi discutido. Não é razoável. Seria o Conselho Nacional falando para o Comitê

que não fez a lição de casa. Vocês discutiram, mas manda outra coisa que esse aí não serve. Então, em três anos nós nos comprometemos enquanto Comitê de trazer uma nova possibilidade aqui dentro, tanto de mecanismo quanto de valor. Isso já tem essa moção já encaminhada a todos. Então, mais uma vez como já pedimos na CTCOB, foram oito horas e meia de reunião, não foi só 6h, não. Então, foi um assunto que foi lá na frente e voltou, mas foi. E na CTIL também teve essa apreciação e hoje estamos aqui. Ávidos por termos a nossa carteira de habilitação e começar a atingir a maioria dentro do Comitê. Ser um Comitê que faça a cobrança. E começa ali de pouquinho, mas que vai aí como um adolescente que está com os seus 30 anos dentro de casa ano. Mas que comece a realmente ganhar o seu espaço e crescendo e fazer algo pela bacia. E nós não esperamos de forma alguma que esse dinheiro da cobrança seja suficiente para resolver todos os problemas, que não é. Os Estados têm as suas funções, o Comitê tem a dele. E é isso que nós queremos. Nós queremos essa liberdade de continuar trabalhando e continuar realmente fazendo a diferença dentro da bacia do Paranaíba e trazer essas cobrança e etc., e melhor planejamento para dentro dessa bacia, que é muito importante para nove milhões de habitantes que estão dentro dela. Muito obrigado a todos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –
Agradecemos a sua intervenção. Convidamos o conselheiro Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Segmento de Turismo) - Bem, esse assunto do Paranaíba, quem já falou antes de mim já contemplou muito do que eu ia colocar aqui para vocês. Você tem como colocar o mapa da bacia que está na apresentação da Agência Nacional de Águas? Eu queria chamar atenção de vocês o tamanho dessa bacia hidrográfica. Ela é imensa, pega quatro Estados da Federação. Então é natural que existem divergências principalmente de legislação e diferentes estágios de implementação da Política de Recursos Hídricos em cada Estado. Então, há necessidades de se fazer alguns ajustes institucionais e legais para possibilitar que esse Comitê que foi criado com o objetivo de ser um Comitê de Integração venha de fato ser um Comitê de Integração e tenha uma agência de bacia para toda a bacia de modo a diminuir o custo e possibilitar a sua sustentabilidade. Então, essa cobrança que foi pactuada dentro do Comitê só vai para calha do Paranaíba e para alguns rios do domínio da União, acredito que o São Marcos e alguns aqui, o Descoberto talvez. É claro que essa cobrança não é suficiente nesse momento para dar a dita sustentabilidade a agência que já foi criada. Essa agência foi criada. Agora, tem esse questionamento que a Patrícia falou que eu concordo com ele. Quer dizer, se será que somente o dinheiro, sete e meio da cobrança é que tem que financiar o funcionamento da agência? Isso é questionável, é discutível. Isso é pauta do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, o que eu queria colocar aqui, diferente do meu colega aí do grande Estado da Paraíba, é que esses valores foram pactuados no Comitê. Houve um avanço no setor agropecuário de preços. Porque a tradição dos outros Comitês são os preços muito subsidiados para o setor agrícola. E nós avançamos

468 bem aqui na estipulação do PPU para o setor de irrigação principalmente. E nós
469 temos aqui na bacia do São Marcos a maior área irrigada do País. Então, nesse
470 sentido, eu gostaria de pedir para essa plenária aprovar os valores que foram
471 pactuados. Lembrando que esse é um Comitê de Integração. Quando a cobrança
472 for implementada no Estado de Goiás, com certeza haverá sustentabilidade
473 também no Distrito Federal e no restante de Minas. Porque Minas tem cobrança
474 só na bacia do Araguari. E tem mais duas bacias hidrográficas no Estado de
475 Minas Gerais. Com certeza, haverá essa sustentabilidade financeira. Era só isso.
476 Muito obrigado.

477
478
479 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas)** – Queria só fazer
480 umas reflexões com relação ao que tem sido colocado, já foram algumas falas que
481 eu acho importante. A questão da revisão, da normatização, as diretrizes, as
482 orientações e a questão da cobrança. E isso nós temos já como encaminhamento
483 do próprio plano, na prioridade nº 13. Então, eu acho que isso tem que colocar na
484 pauta agora, na primeira reunião de CTCOB e fazer o estudo de todas essas
485 normativas que nós temos com relação a cobrança para poder orientar. Da
486 mesma forma as questões metodológicas. Quer dizer, já tem uma experimentação
487 muito grande já colocada e já existe um amadurecimento do que deu certo e do
488 que não deu certo, o que precisa melhorar. Enfim, também revisar isso e isso
489 também está na pauta da nossa revisão do plano, aliás, nas prioridades colocadas
490 no plano. Então eu acho que isso é extremamente importante justamente para
491 aproveitar isso. E esse caso em específico é bem significativo, na minha visão
492 pessoal. É importante começar, se é para começar e depois revisar. E ter esse
493 prazo para revisar. Eu acho que nós precisamos ter dentro dessas revisões de
494 normatização. O que é valor mínimo? Eu acho muito bem colocado pelo João
495 Fernandes. É importante isso entrar na discussão, estudos de qual é o valor
496 realmente que nós vamos dar para essa água, eu acho que é importante. Esse
497 valor não é um valor de valorização, mas é um valor arbitrado em função de
498 alguns estudos de possibilidades, enfim. A questão da porcentagem da
499 sustentabilidade foi colocado, eu acho que foi colocado também pelos meus
500 antecessores. E a questão rediscutir realmente de onde virá o recurso para
501 sustentar a agência. Isso lá no Rio Grande do Sul também tivemos uma discussão
502 bem grande esse ano. Nós formamos um seminário porque nós também não
503 temos nenhuma agência lá. E achamos que a agência não deve ser realmente
504 única e exclusivamente sustenta pela cobrança, senão não vamos conseguir
505 iniciar a cobrança. E a frequência de correção. Acho que essa questão tem que
506 ser colocada no CTCOB, eu acho que é extremamente importante. Não dá para
507 ter um valor que fique congelado sabe lá por quantos anos porque realmente o
508 sistema enfim não vai funcionar. Isso é coisa para ser refletida, pensada,
509 analisada, amadurecida dentro da Câmara Técnica. Então, eu acho que esse
510 encaminhamento eu deixo, eu peço para colocar. E eu tenho a minha opinião com
511 relação a esse início. Eu acho que tem que iniciar de alguma forma, não é o ideal
512 e não está OK. Não vai sustentar a agência, mas é uma maneira de
513 experimentação.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –
Agradeço. Convido a conselheira Jordana a se manifestar.

A SR^a. JORDANA GABRIEL SARA (FAEG) – Bem, todos que falaram antes já puseram todos os pontos. Uma coisa que tem ficar bem clara para todos os conselheiros é que a construção do Paranaíba como já colocaram e eu estou reforçando, ela já previa que enquanto a cobrança não fosse feita a nível de Comitês Estaduais e calha federal, ela não teria sustentabilidade. Isso foi apresentado em todos os cenários E mesmo assim o setor usuário se dispôs a discutir um mecanismo e aprovar valores. Valores que por muitos podem ser ditos baixo, o setor que paga que é o setor usuário fez a conta. Isso foi levado em consideração para se chegar nesses valores de PPU. Afinal, quem está pagando a conta tem que saber o quanto que isso eu vá impactar no custo. Outra coisa que se coloca e já existe também, já foi feita um repasse de uma cota para viabilizar até mesmo essa agência, enquanto os estaduais não cobriam, que seria um repasse pago pelo setor hidroelétrico, para dar uma maior possibilidade. Até onde me lembro foi falado também que a ANA faria esse tipo de repasse, seria uma cota. Então, eu acho que nós simplesmente colocar e achar que os valores são baixos, houveram três anos de discussões em cima disso. E se nós lembrarmos bem quando foram estabelecidos os valores dentro do Paranaíba, eu posso falar porque participei da construção de todo o processo dentro de Paranaíba, a conta nunca é feita pelo o que a agência precisa para se manter, é que o setor consegue arcar, pagar para ter o sistema funcionando também. Então, eu acho que isso tem que sim ser levado com bastante consideração. E os valores para quem paga têm uma projeção que foi até apresentada pela ANA. E se você ver uma projeção de um ano para o outro aumentar mais de 30%, eu acho maior que qualquer correção que alguém poderia estar sugerindo. Então progressão levou em consideração esses reajustes. E como foi colocado nenhum Comitê começa cobrando 13 centavos, 0,13, 0,15. Então, a Paranaíba para começar foi o que o setor usuário ano passado em pleno momento de crise para todos os setores esteve disposto a discutir e chegar a valores que seriam aceitáveis e caberiam como insumos como por muitos foram colocados.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Nossa posição é que a sinalização econômica é extremamente importante no uso racional para incentivar o uso racional das águas. Uma informação adicional que agora em novembro foi aprovado uma Lei referente ao setor elétrico. E houve um aumento, não é diretamente cobrança, mas é a compensação que o setor hidrelétrico paga. Mas houve um aumento da compensação financeira pelo uso do recurso hídrico de 6,75% para 7%, em contramão de tudo isso de redução que nós discutindo valor. O setor elétrico por iniciativa de uma MP houve um aumento da compensação financeira e, inclusive as PCHS também vão passar a pagar compensação financeira. Nós entendemos, eu ratifico novamente, que a sinalização econômica é fundamental, até porque os projetos de eficiências energéticas normalmente

quando são trabalhados do ponto de vista do setor elétrico levam em consideração a tarifa de energia elétrica. Se tiver uma tarifa de uso, uma cobrança de uso de água que não viabiliza esses projetos de redução de consumo de água, os projetos não vão acontecer. E me chama atenção também é que eu resgato aquele relatório da OCDE, governança de recursos hídricos no Brasil. A OCDE destaca duas bacias no Brasil onde tem grandes problemas de uso de água, conflitos de uso de água, são quais? São Francisco e a bacia do São Marcos. Pelo o que eu observo ali na tabela são as duas bacias com menor valor de cobrança de recursos hídricos. Como que pode onde tem conflito ter uma tarifa que é a mais baixa do Brasil? Eu acho isso inadmissível. O setor elétrico vem contribuindo bastante em termo de recursos financeiros através da SEFUR para manutenção de toda a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. E essa é uma responsabilidade que tem que ser compartilhada entre todos os usuários, não somente o setor hidrelétrico tem que arcar com essa questão de cobrança.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu agradeço. Eu convido o conselheiro Sílvio.

O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA (SABESP) – Bom, primeiro eu queria manifestar aqui em que pese a minha profunda admiração e respeito pelo colega João Fernandes. Com relação a brincadeira quanto a cobrança, eu queria registrar que ninguém aqui está brincando sobre esse assunto, não estamos aqui de brincadeira. O Conselho não está aqui de brincadeira. O Conselho não está aqui de brincadeira, a coordenação não é de brincadeira, essa brincadeira custa para a instituição que eu represento a faixa da 80 milhões de reais por ano, então é uma brincadeira bastante onerosa e que precisa ter resultados efetivos na aplicação dos recursos, é para isso que está estamos aqui todos empenhados em busca de melhoria, é um processo de melhoria no que tange a arrecadação e também ao uso dos recursos arrecadados. Isso tem que passar também pela questão da uniformização, quer dizer, nós vemos distorções ainda remanescentes, estamos caminhando nessa Resolução do Paranaíba no sentido de reduzir as diferenças de tratamento em relação aos setores de usuário, isso é muito importante. Eu queria colocar também que como já visto na questão que foi tratada na matéria anterior do para o Paranaíba do Sul em relação a transposição do Guandu em que houve um pacto entre os setores representantes, os Comitês foram, o pacto foi respeitado, foi obtido através de muita negociação, e nesse caso do Paranaíba não é diferente, temos que enaltecer aqui o esforço dos setores, de todos os setores representantes do sistema em atingir uma situação de consenso que pudesse satisfazer os anseios de todos os segmentos, isso foi conseguido pelo Comitê. E o que foi reiterado ainda por meio de um ofício que o Comitê enviou a este Conselho manifestando se com relação que fossem respeitadas as duas decisões tomadas ao longo do processo de discussão, então eu acho que não cabe a este Conselho brincar de descentralizar, ou seja, se há um processo de descentralizar a decisão, a descentralização ocorreu, foi legitimamente tomada pelo Comitê, então não cabe aqui a este Conselho criar formas de impor vontades

que não necessariamente correspondem a maioria dos representantes sobre à manifestação que o Comitê legitimamente tomou nas suas discussões dentre os seus membros. Reitero que a matéria seja aprovada na forma foi recomendada pela CTIL e que finalmente possamos então continuar com o processo que o Comitê vai se propor a aprimorar, quer dizer, já houve uma evolução no sentido de que num certo espaço de tempo, a princípio três anos, essa discussão vai ser retomada no Comitê, ele poderá seguir com as discussões e a melhoria do sistema. Já houve uma evolução de valores no que foi proposto pelo Comitê, no sentido de uma progressividade, a apresentação da ANA mostrou no primeiro slide apenas do primeiro ano em que as distorções, as diferenças entre os outros Comitês eram mais visíveis, mas não mostrou o *slide* do ano final em o que valor proposto pelo Paranaíba era até maior do que os outros Comitês que foram apresentados, se aproximando ao Comitê do São Francisco. Já houve uma preocupação na manutenção, na evolução dos valores da cobrança, dos valores arrecadados. Valores esses que como já foi dito pelos colegas que me antecederam, não são aqueles valores que serão responsáveis por resolver todos os problemas da bacia, não foi para isso que o sistema foi querido. Então existem outras fontes de recurso, outras alternativas, e isso tem que ser trabalho e gestado tanto por esse Conselho, como pelas demais instituições que atuam nesse meio. Eu queria mais uma vez registrar que a matéria seja, no ponto de vista do meu segmento, seja votada no sentido do encaminhamento da aprovação e da forma como veio encaminhado pela CTIL. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Ok, obrigado, conselheiro. Conselheiro, Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Organizações Não-Governamentais) – Evidente que com essas falas todas eu me sinto bastante contemplado. Contudo eu queria aproveitar a discussão para colocar um ponto que me chama muito a atenção, e que às vezes, esse raciocínio muito simplista de associar a cobrança, a função do Comitê ao exercício da cobrança, ele por si só explica o que é o sistema, para que serve o Comitê, para que serve a cobrança em si, e eu vejo que há uma certa pobreza nessa discussão, porque o Comitê como ente de tomada de decisão sobre o uso dos recursos hídricos de uma bacia, ele tem uma amplitude muito grande que não ocupa esse espaço, que não diz respeito somente ao exercício de obras em um determinado afluente ou na calha em função do dinheiro que arrecada, ele tem um papel de instância política, de identidade política que interfere nos outros entes de governança para que ações sejam feitas, articuladas para melhorar as condições socioambientais e qualidade e quantidade de água. Então eu quero com essa minha fala dizer que não é saudável associar a eficácia e a existência de uma agência ou então do Comitê a simplesmente um exercício de cobrança, eu penso que existe uma pobreza muito grande em muitos Comitês que poderiam estar tomando decisões que não tem muita relação com o instrumento da cobrança, e sim com o posicionamento político que ele poderia ter feito, eu participei no Comitê do Santo Antônio, uma

656 fluente lá do Rio Doce onde o Comitê teve um papel fundamental na articulação
657 de recursos da FUNASA para melhorar as condições de saneamento da bacia.
658 Então a existência do Comitê com a sua agência delegatória, a entidade
659 delegatória funcionando por si só, ela pode dar sentido a aplicação desses sete e
660 meio por cento, que tem que continuar a existir essa possibilidade do Comitê se
661 posicionar politicamente, se ele não tem dinheiro para condições de definir
662 aplicação do recurso e infraestrutura e melhoria das condições da bacia, mas ele
663 tem esse espaço que precisa ser mantido enquanto ente de governança e tomada
664 de decisão, alguns presidentes do Comitê, algumas diretorias ou até mesmo
665 alguns Comitês desconhecem essa possibilidade. O professor Anivaldo, do
666 Comitê do São Francisco me falou sobre sessenta e duas normas que dizem que
667 o Comitê pode intervir e opinar em uma determinada bacia para que as condições
668 de uso e sustentabilidade dela sejam melhoradas em relação a outras políticas
669 públicas. Então nessa linha de raciocínio, senhor presidente, senhor secretário, eu
670 queria dar esse subsídio para que nós aprovássemos essa Resolução nos moldes
671 que foi aprovado, evidentemente que vai dizer para as ONGs que foi bom, que
672 esse é o melhor resultado? Não foi, nós tivemos muitas viagens, foi muito
673 cansativo, três anos ou foram dois anos de discussão e sentimos que houve uma
674 flexibilização, eu mesmo que era quatro reais, não me lembro do valor, baixamos
675 para dois e foi chegando em um acordo, eu acho que o exercício mais bonito da
676 política é quando nós conseguimos convergir e cria um ambiente propício para
677 conseguir superar o problema depois, eu tenho certeza, e não foi de mal
678 sentimento o fato de nós não termos conseguido o melhor que foi de valor, nem
679 tampouco porque colocou esse reajuste, eu sou em tese plenamente a favor do
680 reajuste e de se colocar aqui o ambiente de revisão desse tipo de situação, e essa
681 CTCOB pode voltar isso como prioridade, eu peço ao secretário para colocar isso
682 como prioridade na discussão e nós aprovarmos essa Resolução do jeito que
683 está, porque deu muito trabalho para chegar nisso aí.

684
685
686 **O SR. PAULO VARELA (ANA)** – Eu gostaria de dar a palavra para o colega Ney
687 Murtha.

688
689
690 **O SR. NEY MURTHA (ANA)** - Bom dia a todos, infelizmente eu vou ter que ficar
691 de costas para alguns aqui... para os meus companheiros. Bom, nós temos
692 trabalhado no Paranaíba já algum tempo, acompanhando de perto esse processo,
693 e nós precisamos dizer que a avaliação que a ANA tem é que os valores e
694 mecanismos propostos pelo Comitê, do modo como saíram de lá, eles não
695 representam nosso modo de ver, um avanço na gestão da bacia, pelo contrário,
696 esses valores, senhor secretário, se eles forem reproduzidos em todos os
697 domínios da área de atuação do Paranaíba, eles não representam a
698 sustentabilidade da agência como foi aprovado pelo próprio Comitê do Paranaíba.
699 Então não é para nós um avanço na gestão, começar com valores baixos, eu
700 queria dizer que é um outro prejuízo para a gestão, por quê? Isso não é nenhum
701 modelo teórico que se desenvolveu, isso é experiência. Em todos os Comitês que
702 implementaram a cobrança em nenhum deles o valor do preço público unitário ou

703 da arrecadação melhorou com o passar do tempo. Então essa é infelizmente a
704 experiência que nós temos dos outros Comitês e nós não temos motivo nenhum
705 para crer que vá ser diferente no Paranaíba, infelizmente. Nós não temos
706 expectativa de que no curto prazo Goiás vá implementar cobrança nos domínios
707 do Estado na área de atuação do Comitê do Paranaíba. Então nós estamos aqui
708 para dizer muito claramente que a sustentabilidade da agência é sim uma das
709 grandes referências que nós temos quando nós vamos avaliar os preços públicos
710 que são propostos pelo Comitê. E aí eu queria me referir a um termo que foi usado
711 aqui anteriormente, o Conselho Nacional não está palpitando naquilo que foi
712 enviado pelo Comitê, isso é uma atribuição legal do Conselho Nacional de
713 Recursos Hídricos estabelecer os valores propostos pelo Comitê. Então um pouco
714 mais de respeito com os Conselheiros e com o Conselho. Nós precisamos dizer
715 que dos três objetivos da cobrança, reconhecer água como bem econômico,
716 incentivar a racionalização e obter recursos para implementação do plano e mais
717 adiante a lei que fala para sustentar a agência nenhum desses objetivos são
718 atingidos com os valores propostos pelo Comitê. Nós tivemos a oportunidade de
719 falar sobre isso longamente no CTCOB, a CTCOB se sensibilizou com os
720 argumentos e da nossa análise técnica anterior nós já tínhamos sugerido que
721 esses valores propostos pelos Comitês seriam inadequados e que na nossa
722 opinião o mais adequado seria devolver ao Comitê para uma reanálise. Obrigado.

723
724
725 **A SR^a. PATRÍCIA BOZON (FIENG)** – Bom, eu vou tentar ser bem rápida porque
726 eu estou sempre extrapolando. Bom, a primeira coisa é que PPU não é taxa, não
727 é tarifa, aumentos de taxas, de tarifas tem legalizações próprias para isso,
728 infelizmente o PPU não tem, apesar de nós termos pedido aqui várias vezes para
729 que se tivesse uma discussão nesse Conselho a respeito disso. Segundo dizer
730 que o único estudo sério a respeito da relação cobrança e melhoria da eficiência
731 empresarial no uso da água é do PCJ, e a melhoria foi de 50%, então em quase
732 todos aumentou muito a melhoria. Nós reduzimos o valor da outorga em mais de
733 50% com a cobrança pelo uso da água. Terceiro, não há nenhum estudo sério
734 dizendo qual é valor pequeno ou valor grande, fala-se em valor pequeno ou
735 grande por sentimento, pela unidade do dinheiro aí centavo é pequeno, não existe
736 nada sério a respeito disso, e foi a reação do representante do saneamento ela é
737 totalmente plausível, porque o maior usuário pagante é o saneamento, ele repassa
738 corretamente para quem realmente usa para que ele, essa pessoa tenha o real
739 valor da água e a sociedade brasileira, ninguém avaliou se a sociedade brasileira
740 está preparada para absorver aumento de tarifa de água advindo de aumento de
741 PPU, ninguém está preparado para isso, não existe nenhum estudo sério, como
742 não existe nenhum estudo sério da cadeia produtiva, o que é lá na ponta custar
743 isso e chegar até a minha geladeira em casa, também não tem nenhum estudo
744 sério a respeito, esse é um ponto. Segundo ponto, eu acho que atraso na
745 cobrança pelo uso da água, não avançar na cobrança do uso da água é passar 13
746 anos e o privado não ter acesso a esse dinheiro, é passado 13 anos e não ter uma
747 regulamentação própria para o controle pelo uso da água, esse é efetivamente um
748 grande atraso mesmo que nós precisamos parar para pensar. E por fim dizer o
749 seguinte, de novo, de manhã mais cedo fiquei sensibilizada com a nossa proposta

aqui de não estar interferindo em uma decisão do Comitê ou não suspender uma discussão do Comitê. Eu aqui, secretário, deveria até apoiar voltar para o Comitê, você sabe por quê? Vai ficar mais dois anos discutindo e como eu sou pagante, eu vou adorar, porque isso vai, essa cobrança que era para vir agora em 2017 vai vir lá para 2018, não tem problema, não teria problema nenhum se eu fosse desonesta com os princípios, aprovar isso e depois deixar lá no Comitê mais dois anos discutindo, mas não. Eu estou sendo aqui honesta com o que foi posto, tudo aqui pela parte da manhã, o respeito ao que os Comitês decidiram, porque eles decidiram assim porque conhecem a bacia, porque sabem, fizeram as contas, os usuários lá presentes fizeram as contas, por isso que eles decidiram assim, é muito fácil decidir de Brasília o que vai impactar lá na ponta, obrigada.

O SR. GUSTAVO (Ministério das Cidades) – Eu queria dizer aqui o seguinte, concordo com a Patrícia nesse aspecto de que realmente na parte da manhã teve uma discussão aqui e o encaminhamento foi de que a partir de Brasília nós não desrespeitássemos uma decisão que estava sendo emanada do Comitê, até em função de uma colocação ou de uma proposta de moção do Ministério de Minas e Energia, que era em proposta que refletiu a preocupação do setor elétrico dentro da atuação do próprio Comitê. Eu queria aproveitar para dizer o seguinte, a questão do setor elétrico por alguma razão o setor elétrico tem recebido um certo massacre de mídia, como se o setor elétrico fosse responsável pela crise que nós estamos passando, em função das decisões que foram tomadas, isso em parte pode ter realmente acontecido toda intervenção governamental que é feita as vezes por critérios políticos acaba dano problemas, mas nós temos que entender, e eu queria colocar isso claramente aqui, que o setor elétrico é um setor fundamental para o país, a preocupação que nós tínhamos e que nas reuniões nossa também foram reservados é que se em uma situação limite todos os Comitês resolvessem colocar o setor elétrico no último lugar das suas prioridades, isso poderia gerar um problema muito grande no país, não precisa nem ser todos os Comitês não, uma parte dos Comitês. Então esse é um assunto que tem relevância nacional, eu penso que o Comitê, que é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem que ter uma atuação também no sentido de procurar mecanismos que possam harmonizar os conflitos existentes, que ainda estão restritos a algumas bacias, mas que com a evolução do tempo podem se generalizar. Então eu penso que nós não podemos, concordo com a Patrícia, nós não podemos ter dois pesos e duas medidas. Eu ouvi a fala do presidente do Comitê do Paranaíba, e o que ele colocou é que ele, vamos dizer, já foi objeto de uma longa discussão lá dentro no Comitê, uma discussão que levou anos e eu penso que voltar tudo à estaca zero de novo e começar outra vez uma nova discussão não é um mecanismo que seja adequado ou produtivo. Por outro lado, ele está dizendo que está se comprometendo a em um período aqui de tempo, se eu não engano já foram dois ou três anos, é de fazer uma revisão desses valores, mas pelo menos vai ter sido dado início a um processo, lá em Minas Gerais tem um ditado que fala que o começo de angu é mingau, então não sei, talvez vamos começar pelo mingau, pelo menos institui a cobrança, e nesse meio tempo eu acho que a própria situação de conscientização do país, a questão de verificar

797 como é que vai ficar a cobrança no estado de Goiás, precisa ter um
798 encaminhamento, quem sabe o CNRH possa ter até uma atuação, não no sentido
799 de imposição, mas no sentido de conscientização. E finalmente a questão do
800 preço da água no saneamento, a água, embora isso seja mais ou menos de
801 conhecimento geral, mas a água que as empresas de saneamento os presidente
802 horas de serviço cobram é a água tratada, não é a água que vem do... a água não
803 sai do rio e vai direto para a casa do consumidor, ela tem todo um processo de
804 engenharia e um processo até industrial no meio, representado pela captação,
805 pela adução, pelo bombeamento, pelas adutoras, pela chegada nas estações de
806 tratamento de água, onde a água bruta é passada por um processo de
807 recebimento de cal, sulfato de alumínio, de floculação, de decantação, de
808 filtragem, de reservação, de bombeamento para reservatórios, de distribuição, isso
809 tudo tem um custo, inclusive o custo de energia elétrica é um custo bastante
810 significativo, por isso que eu coloco aqui sempre a preocupação também de nós
811 não inviabilizarmos o setor elétrico, não criar custos adicionais para o setor
812 elétrico, porque esse custo depois se reflete para toda a sociedade, inclusive
813 também para o setor de saneamento, que é um setor sacrificado, obrigado.

814
815
816 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**
817 Agradeço pela intervenção, e nós temos ainda três oradores inscritos. Então eu
818 gostaria de após esses três, encerrar a discussão. Conselheira Jussara.

819
820
821 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) –** Eu queria refletir
822 mais um pouquinho, eu entendo perfeitamente o posicionamento e o argumento
823 dos técnicos da ANA, realmente existe toda essa preocupação legítima, mas por
824 outro lado, e acredito nisso, nós temos discutido muito aonde nós vamos, nessa
825 linha de ponto de vista, porém eu acho que é importante colocarmos o tempo que
826 essa bacia já discutiu tudo isso e chegou nessa conclusão, eu acho que vou de
827 acordo com o último colega que falou, será que deixar na estaca zero não é muito
828 difícil de chegar para frente? A solução de implementar e aí fazer um
829 escalonamento de implantação progressiva nas demais bacia, porque ali pelo que
830 eu entendi, não é em toda bacia que vai ser colocada, me corrijam por favor se eu
831 estiver errada. Então na verdade, esses valores em função do que atualmente
832 desse início que vai colocar. Então ter todo um trabalho de desenvolvimento nesse
833 prazo aí de três anos de estabelecer um cronograma de implementação, de
834 articulação com os Estados para que isso comece a ser articulado e chegar ao
835 longo desse período de três anos, há um *status quo* de pactuação para toda bacia,
836 de todas as sub bacias integrantes, além disso, pactuação também nos valores
837 progressivos, porque nesse meio tempo é possível discutir e trabalhar uma forma
838 de compreensão de que isso possa ser corrigido, aumentado, enfim, tanto as
839 metas progressivas da inclusão de novos usuários pagantes, como também nos
840 valores progressivos ao longo do tempo. Eu acho que essa colocação que ela
841 pode ser de repente até uma outra moção do próprio CNRH, de que o Comitê
842 trabalhe nessa linha, enfim, pode sair junto com isso, mas eu acho interessante do

ponto de vista de dar início ao processo, de dar a arrancada, fazer essa experimentação. É minha.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Eu agradeço, convido o conselheiro Paulo Varela.

O SR. PAULO VARELA (ANA) – Prometo ser muito rápido, não vamos entrar aí numa polêmica. Eu quero primeiro expressar o profundo respeito a todas as posições de todos os colegas, o que a ANA está tentando fazer é avançar do ponto de vista do que ela entende, mas com profundo respeito, inclusive enfim, a decisão que esse Conselho vier a tomar. Eu só queria rapidamente colocar a seguinte reflexão, nós não estamos para saber o que estamos votando, eu vi falas que falam da importância do Comitê, o espaço político, nós não estamos discutindo isso, o Comitê terá as condições para tanto, seja qual for o resultado, como está tendo hoje sem cobrança mesmo. Então isso nós não temos nenhuma dúvida, e as vezes nós nos confundimos, é tanta fala que nós já não sabemos o que votamos, parece que estamos votando aqui se o Comitê é importante ou não, se será dado a ele condição de continuar, continuará não tem nenhuma dúvida. O que nós estamos tentando fazer é avançar no processo. Mas, eu pedi realmente a palavra porque uma das coisas que a Patrícia colocou, essa necessidade de estudos mais conclusivos, mas que nada dá a informação, eu quero dar a palavra aqui ao superintendente Tom Berto Gonçalves, sobre um estudo que está sendo levado efeito nesse momento, que procura aprofundar esse processo, inclusive com a ajuda da OCDE.

O SR. HUMBERTO GONÇALVES (ANA) – Você não me avisou que eu ia falar, mais tudo bem. Mas eu acho que os Conselheiros estão cientes, a Patrícia inclusive, que a ANA contratou a OCDE para fazer um estudo sobre instrumentos econômicos com foco em cobrança. Então nós começamos os estudos, já tivemos uma primeira reunião de aproximação, onde passamos uma semana inteira, a OCDE convidou todos os segmentos, a Patrícia participou, o Conselho participou, foi convidado, teve um último dia na sexta-feira, teve um dia específico para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foram colocadas várias questões, eles anotaram tudo isso, vamos ter agora um relatório da experiência internacional, que eles estão nos devendo agora, e a partir de fevereiro nós temos uma primeira semana de estudos de casos, nós vamos para o Rio de Janeiro, nós temos um estudo que nós vamos trabalhar o Paraíba do Sul, que foi o primeiro que começou a cobrar, e vamos trabalhar também a questão do modelo de cobrança do Rio de Janeiro, que é um modelo interessante, que é diferenciado dos outros Estados, das outras cobranças, e vamos depois na sequência para o Rio Grande do Norte, na cidade de Caicó, na região do Piranhas-Açu, Piancó Piranhas-Açu, que é uma outra realidade que nós escolhemos também para que a OCDE se debruçasse um pouco sobre a questão de instrumentos econômicos e cobrança em uma região que é carente de água, que eu estou, o João Fernandez vem falando aqui desde de manhã as dificuldades de gestão numa bacia que não tem água. Então nós

vamos levar lá, tem uma maratona para levar todo mundo da OCDE, nós vamos ter um dia de campo e mais uma sessão de conversas com os membros do Comitê, da mesma forma que nós vamos ter na região do Rio de Janeiro. Então dentro desse processo especificamente para Patrícia, nós também estamos evoluindo bastante nas suas ponderações. Nós estamos evoluindo. Temos um acordo já firmado com a CNI, acho que você está ciente desse acordo para discutir uma série de mecanismos, e de modelagem de cobrança. Nós estamos trabalhando já, até por uma sugestão sua, uma cobrança sua em uma última reunião no ano passado, sobre a questão de acesso do privado ao setor, do acesso ao recurso da cobrança pelo usuário, isso está sendo negociado, está sendo discutido e já temos uma conversa junto com a CNI sobre isso. Então estamos evoluindo sim, estamos evoluindo em todos os pontos que você colocou hoje como se estivesse estagnado, mas não estão, estão trabalhando, ok.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Energisa Soluções S.A) – Eu me segurei, tentei não falar, mas não consegui, não deu. Eu vou tentar, eu acho que na verdade, com essa experiência toda que a grande maioria nós temos do Comitê. Eu fico com pena do Comitê do Paranaíba, porque na verdade nós estamos jogando todas as nossas ansiedades, tudo que nós outros tantos Comitês precisamos ver resolvido em uma única deliberação do Comitê do Paranaíba, engraçado que eu comecei a enxergar isso agora, eu não tinha enxergado isso antes, eu comecei a enxergar isso agora aqui nas discussões. Eu queria levantar alguns pontos, o representante do MME falou sobre a questão do 075 que nós pagamos da compensação financeira, e eu ainda falei baixinho ali na hora, um baixinho para todo mundo ouvir, que na verdade nós já tivemos 800% de aumento do setor hidrelétrico, que nesse 075 e o que sustenta esse sistema hoje é o recurso que vem para a Agência Nacional de Águas, tudo bem, Patrícia, é tarifa, não fomos nós que escolhemos, veio de cima para baixo. Quem paga, não fomos nós que escolhemos, é tarifa, como saneamento é repassado como um todo. Todo mundo, só aço que não consegue passar, os outros todos, nós discutimos isso exaustivamente no Comitê, só aço não consegue passar para o seu produto, o resto, todos os outros usos. Então o que nós temos hoje do setor elétrico é esse 075, é tarifa e teve 800% de aumento, desde 2000, quando foi criada a lei 9984 que começou a cobrança desse 075, e tem proposta no Congresso hoje para aumentar esses 075 para passar recursos para municípios e Estado, e em nenhum momento veio falando: vamos aumentar para passar recursos para o sistema, tem Estado que ainda passa, investe esse recurso em recursos hídricos, município não investe, mas esse é outro assunto. O que eu queria colocar é o seguinte: nós temos uma ansiedade, eu não quero colocar esse nome, porque toda vez que nós falamos de índice de correção monetária, parece que nós estamos falando de alguma coisa que é pecaminosa. Eu não tenho um nome similar ou algum outro nome que nós possamos dar a isso. Mas eu quero dar um exemplo, no CEIVAP nós tivemos a ponto de ter que demitir cinco a seis funcionários da AGEVAP, porque nós estamos desde que nós aprovamos a cobrança sem ter aumento do PPU, e aí eu pergunto: é interessante para nós ficarmos nessa insegurança de aumento de PPU a cada vez que nós precisamos

937 renegociar investimento? Então não é interessante ter aumento de PPU, acho que
938 PPU tem que ser uma coisa consolidada, sólida, discutida, como eu falei hoje aqui
939 que foi a nossa discussão no CEIVAP, nós sentamos todos os usos, discutimos,
940 enquanto todo mundo não levou o seu dever de casa, foi lá, fez as contas, não,
941 isso aqui dá para nós colocarmos, vamos fechar e fechamos todos juntos, que
942 parece que é o que o Paranaíba está colocando aqui. Só me preocupa uma coisa,
943 quando nós apresentamos uma proposta no Conselho, a nota técnica da ANA veio
944 dizendo que essa era uma cobrança que, isso há 13 anos atrás, tudo bem, que
945 era viável, hoje nós temos uma nota técnica da ANA que não mostra essa
946 viabilidade, eu estou colocando como preocupação. E aí um pouco do que Nei não
947 falou, nós temos sim, eu acho que nós temos que fortalecer o Comitê, agora se
948 nós não precisamos da manifestação do Conselho Nacional, então nós tiramos
949 isso da lei e isso não precisa vir aqui para o Conselho mais, isso fica resolvido no
950 âmbito do Comitê. Então para quê vir para o Conselho para nós discutirmos.
951 Então eu acho que esse é um ponto. O outro ponto é: não acho justo nós
952 colocarmos esse peso dessa ansiedade toda nossa, de todos os Comitês em uma
953 resolução de um único Comitê. Então talvez nós assumirmos aqui, criar coragem e
954 levar essa questão para a CTCOB e dar um prazo, o Conselho Nacional dar um
955 prazo a CTCOB para se manifestar sobre essa questão para todos os Comitês,
956 como regulamentação, nós não discutimos hoje de manhã que o papel do
957 Conselho é regulamentar, é criar normativa gerais? Então nós damos um prazo
958 para a CTCOB apresentar para o Conselho Nacional proposta, isso, mas agora
959 nós damos um prazo, mas aí nós estamos assumindo isso aqui, Patrícia, com
960 prazo e tudo, nós vamos ter que sair daqui com o Conselho dando um prazo para
961 a CTCOB para apresentar essa discussão. Eu acho com que isso nós tiramos um
962 das costas do Paranaíba essa ansiedade do Comitê, só acho, não me tira a
963 preocupação, eu continuo falando, eu continuo preocupada com a nota técnica da
964 ANA dizendo que não há viabilidade financeira, isso é preocupante. Eu acho que
965 nós temos que pensar nisso sim, porque o CEIVAP nós tivemos... aí sabe o que
966 nós fizemos? Nós reunimos quanto que nós precisamos aumentar para não ter
967 que demitir esses funcionários, é assim que nós vamos funcionar? Esse é o
968 funcionamento? Eu acho que não é esse o funcionamento. Então que não seja
969 índice, que não seja correção, que nós demos outro nome, mas nós precisamos
970 de alguma atualização, porque o salário do funcionário da agência é atualizado
971 todo ano pela CLT, não adianta nós fugirmos dessa questão. Então são questões
972 que são postas e que nós não podemos fugir. Então tem o 075 do setor elétrico,
973 vamos colocar a mão nessa caixa de marimbondo e vamos discutir isso também.
974 Nós temos tentado fazer isso aqui no Conselho Nacional há um bom tempo,
975 vamos trazer o 075 para essa discussão também. Então que nós tragamos tudo
976 isso, mas que nós sentemos e amadureça como nós achamos que já temos uma
977 estrada que nós já percorremos que está na hora, que nós já estamos um pouco
978 maduros para nós começarmos a discutir sobre isso. O que não dá é nós termos
979 medo de falar as palavras certas, as discussões certas, e às vezes para poder
980 colocarmos essa nossa ansiedade, talvez frustre o Comitê, uma bacia, então para
981 não frustrar um Comitê e uma bacia nós vamos com uma proposta, dá um prazo
982 pensando na preocupação dessa nota técnica da ANA, que eu acho que nós não
983 podemos desmerecer o papel do Conselho, dar um prazo, então esse foi o

984 consenso do Comitê, no CEIVAP o Conselho não deu prazo para vários, não
985 colocou vários estudos que nós tínhamos que fazer ao longo de seis anos para
986 provarmos que aquela cobrança era viável? Nós aprovamos como o Comitê está
987 propondo, mas damos um prazo de dois anos para ele retornar, porque menos de
988 dois na bacia nós sabemos que não dá, para ele retornar aqui e mostrar que
989 esses valores que ele propôs é viável, mas aliado a isso encaminha para a
990 Câmara Técnica com um prazo de retorno, a Câmara Técnica de cobrança com
991 um prazo, lá está de três anos, ok. A Câmara Técnica de cobrança com um prazo
992 para sentarmos aqui e discutir de verdade, gente, o que é essa questão de
993 atualização, correção, seja lá o que for, que nome nós dermos, mas o que nós não
994 podemos é ficar com um valor, quando nós sabemos que quando você aprovou lá
995 há 13 anos atrás e ele tinha um valor e ele hoje o valor é outro, então não adianta
996 falar: eu não quero índice, mas eu aprovei um valor que ele hoje no valor real dele
997 não é o mesmo mais. Então nós temos que sentar e nos debruçarmos sobre essa
998 questão, e aí como eu falei, colocarmos a mão na caixa de marimbondo e nós
999 discutirmos a 075 do setor hidrelétrico também nessa discussão.

1000
1001
1002 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**
1003 Ok, conselheira Aparecida. Fechou com chave de ouro, com sete minutos de
1004 tempo. Após as amplas manifestações do plenário, vamos colocar em votação a
1005 proposta. Explicita a CTIL, por favor.

1006
1007
1008 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (SRHU/DRH) –** Pelo que eu entendi,
1009 Aparecida, é que a proposta do CTIL e faz o encaminhamento para que a Câmara
1010 Técnica CTCOB discuta esse assunto. Você sabe que... não aqui. Então eu
1011 proponho que nós discutimos a aprovação conforme a recomendação da CTIL e
1012 fica, consta em ata que a CTCOB estude esse problema no prazo... mas não pode
1013 colocar na Resolução... e onde vai pôr se não for na ata?

1014
1015
1016 **A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Energisa Soluções S.A) –** Júlio, nós
1017 aprovamos a resolução, e condicionando que para retirar o que está posto lá pela
1018 CTCOB nós levemos esse assunto para a CTCOB de volta e dá um prazo para a
1019 CTCOB se manifestar no Conselho. Eu estou condicionando para eu poder votar
1020 na retirada, eu estou pondo uma condicionante.

1021
1022
1023 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**
1024 Qual é a proposta? Vamos lá. Qual seria o prazo? CTCOB com a palavra. Eu
1025 também acho que tem que separar.

1026
1027
1028 **A SR^a. LÍVIA ROMANO (CTCOB) –** Realmente, vamos tratar de forma separada,
1029 em relação ao prazo, menos de duas reuniões é completamente inviável, duas
1030 reuniões do plenário, uma discussão muito densa. Não necessariamente erro da

CTCOB, do plenário, menos de duas reuniões é inviável... o plenário, plenário daqui, porque lá não é plenário... isso, menos de duas reuniões é inviável, que é uma discussão muito densa.

A SRª. NÃO IDENTIFICADA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*... para esse conselho, para que ele se fortaleça, então ele não precisa ficar se reunindo só duas vezes ao ano ordinariamente, se nós tivermos um assunto de muito denso de interesse, essa reunião vai acontecer.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheira Jussara.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – O que eu entendo é o seguinte, uma coisa é a Resolução é essa para aprovar, para um assunto, o outro do encaminhamento é exatamente aquilo que inclusive nós aprovamos hoje no plano, a CTCOB já está com essa incumbência de rever todas essas questões que estão colocadas na pauta, então a questão é só do prazo, lá no plano está o prazo de dezembro de 2019. Então isso é uma votação outra que nós colocamos, se esse prazo está razoável ou se nós mexermos nesse prazo, só isso. Porque aí nós podemos destacar um tema da CTCOB, porque ali nós estamos colocando lá no plano para revisar tudo, para ver se está tudo ok, e etc. Mas aí nós podemos destacar esse item específico, com um prazo X lá para a CTCOB, esse é um outro assunto, então eu acho que a minha sugestão é votar a minuta e depois ver se cabe aqui votar em seguida prazo para a CTCOB ou se nós deixamos para depois.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Não é por aí. Você pode votar contra.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu tinha entendido, vejo só, nós estamos discutindo aqui uma resolução, aí tem a proposta da matéria voltar para a CTIL, para a Comissão, para a CTCOB. A companheira tenta conciliar votando a proposta dela que é devolver para se elaborar uma proposta mais geral, se é o que entendi que a senhora disse... uma resolução do Comitê e devolve para... está vendo que é uma torre de Babel, professor. Então eu estava ouvindo ali do canto a professora quando ela colocou que era preciso ter uma regra mais geral, veja só, eu estava ouvindo a professora ali do canto, quando teríamos que ter uma regra geral que deveria ser observada por todos para não discriminar ninguém, e eu passei a entender que a proposta era no sentido de devolver para a Comissão, que a

Comissão elaborasse uma proposta, eu ia contrapor nisso, nós temos que acabar com isso de só devolver para a Comissão, por que aqui não se forma uma Comissão daqui para elaborar uma proposta, entregar para lá? Porque nós mandamos para geração espontânea, entrega ao doutor Sérgio e ao doutor Jair, o que eles fizerem está bom. Isso é que é meio equivocado com a grande responsabilidade que tem esse Conselho, esse Conselho tem que começar a se comprometer com a construção das soluções dos problemas dos recursos hídricos no Brasil. Então eu tinha entendido o seguinte que nós votávamos a devolução da matéria para lá. Ok.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (SRHQ/DRH) – Eu acho que todos, inclusive Aparecida, concorda que nós coloquemos em votação essa proposta. Então vamos colocar em votação a proposta. A proposta segundo a recomendação que vem da CTIL, nós colocamos em votação isso. É óbvio se aprovada, está aprovada, se for recusada, recusada, e se faça outra e depois não se quando. Vamos fazer isso, e depois vamos discutir os outros pontos que queiram, porque senão nós não avançamos, porque cada um dá uma ideia e cada um tem três ideias, vai para a casa e tem mais três, vira nove. A minha sugestão é essa.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – A sugestão acatada de minha parte. Então vamos colocar em votação a Resolução que está na tela, proposta pela CTIL. Os senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Ok. Os Conselheiros contrários. Contrários? Dois votos contrários. Abstenção? Três abstenções, quatro abstenções. Então a Resolução está aprovada. (*Palmas!*).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Agora tem um encaminhamento.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Pois não... Três minutos, não é, Conselheira? Conselheira, três minutinhos.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Energisa Soluções S.A) – Eu vou falar com menos. Eu quero fazer uma sugestão de seis meses e vou justificar porque, eu quero sugerir nós criamos um Grupo de Trabalho no âmbito da CTCOB, que dá mais celeridade, você não tem de cumprir o rito para convocação de Câmara, então é criar, e já me inscrevo nesse grupo, fui rápida. Um Grupo de Trabalho no âmbito da CTCOB e dando, trazendo para esse Grupo de Trabalho o ofício que tem das indústrias, que a Patrícia já citou, fazendo esse mesmo pedido. E nós temos nesse Grupo de Trabalho e CTCOB, seis meses para retornar para a plenária com uma proposta.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Ok.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Energisa Soluções S.A) – Não vou falar o nome. Ou é índice, ou é correção, nós vamos ter que discutir, é atualização. Eu falei que eu estou de medo, nós sabemos que é alguma forma de nós conseguirmos atualizar esse PPU. Isso. Gastei menos de um minuto e meio, fiquei com crédito a minha próxima intervenção.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu só queria ponderar que esse tema da sustentabilidade das agências está ligado com correção de valores, esse tema já é pauta da CTCOB. Já é pauta. Então eu acho o seguinte, não só esse tema como outros estão pautados na CTCOB. E eu acho que eles estão atrelados, então eu acho o seguinte, quer dizer, se houver uma proposta, eu tenho a impressão que qualquer conselheiro pode propor uma pauta para o Conselho. Agora eu acho que isso tem que ser feito assim, não é no meio da reunião você vir com uma pauta, quer dizer, eu acho que tem que ter um...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Sem problema.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Bom, então temos uma proposta de criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da CTCOB para em seis meses apresentar um resultado. Vamos colocar em votação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SR^a. LÍVIA ROMANO (CTCOB) – Olha a ameaça (*Risos*). Olha o constrangimento. Mas a proposta do Grupo de Trabalho, vai trazer a proposta para a CTCOB e a CTCOB vai rediscutir tudo que o Grupo de Trabalho discutiu, pelo que nós conhecemos do perfil de nossa Câmara Técnica, então assim, a própria Câmara Técnica precisa debucar e discutir esse assunto. Precisa amadurecer o pensamento e chegar a alguma conclusão. Nós vamos fazer um Grupo de Trabalho, provavelmente isso vai levar mais tempo do que se for direto pela CTCOB.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SRª. LÍVIA ROMANO (CTCOB) – Sim, mas o subsídio da própria Câmara Técnica, isso que é a minha preocupação, nesse ponto específico, a própria Câmara Técnica precisa de uma reflexão muito profunda, a matéria não está amadurecida, tanto que eu falei aqui da votação que foi sete a seis com voto de minerva. Então nós precisamos realmente discutir cada membro, e chegar a uma análise profunda, se nós criamos um Grupo de Trabalho nós tiramos um pouco dessa reflexão, porque é o grupo que vai fazer esse estudo, é o grupo que vai apresentar na CTCOB e nós vamos acabar referendando ou rediscutindo tudo o Grupo de Trabalho discutiu. É essa a sugestão de realmente ir direto para a CTCOB, se os Conselheiros que estão na CTCOB discutirem e chegarem à conclusão que realmente não dá para levar a discussão com os membros que estão ali, que tem que ser criado um Grupo de Trabalho menor, que nós criemos no próprio âmbito da CTCOB. Nós, essa amarra de ser um Grupo de Trabalho é que me preocupa, nós precisamos realmente refletir profundamente isso dentro da própria CTCOB, com cada Conselheiro e ouvir a todo mundo, e por isso que eu falei, o mínimo seriam duas reuniões plenárias no Conselho, porque eu sei que isso não é um debate rápido, nós ficamos oito horas para discutir esse ponto para um Comitê, você imagina quanto tempo vai levar para discutir isso para vários Comitês. É uma regra geral que vai ser... eu sei, Aparecida, mas é uma regra geral que vai ser aplicada ao Comitê, é nesse sentido.

A SRª. PATRÍCIA BOZON (FIENG) – O assunto não é simples realmente, é um assunto complexo, e talvez a CTCOB tenha que convocar especialistas, fazer alguns seminários, algumas discussões, até porque os encaminhamentos talvez sejam até lei, não sejam encaminhamentos simplesmente administrativos, tem que vir até o encaminhamento legal. Eu quero dizer que a pressa da Aparecida tem toda razão de ser, e isso está em pauta desde 2003, que foi quando foi implantada a primeira cobrança no país, e nunca sai. Toda vez esse assunto vem para cá, vem o assunto de aumento, nós estamos em andamento sim, tem coisas andando sim, mas nada pronto. E eu quero lembrar que o último avanço que nós tivemos pela cobrança do uso da água foi a 1.0881 em 2004, e sabe por que ela saiu, secretário? Ela saiu porque o usuário resolveu pagar em juízo, porque os recursos estavam sendo contingenciados, aí o maior usuário da bacia resolveu pagar em juízo para que se houvesse um normativo que impedisse esse contingenciamento. Então nós também não queremos chegar a isso, a judicializar, até arrepio, a judicializar qualquer coisa, uma discussão que nós acreditamos que pode ser resolvida aqui. Agora, ela tem toda razão, a discussão não é simples, existe, inclusive, Aparecida, um modelo que já foi posto para São Francisco que está em discussão, separar o aumento que é do custeio, que tem aumentos realmente automáticos, do aumento do PPU como um todo, que é para ser aplicado na bacia. Porque ao contrário do que o Ney disse, 92% que é da cobrança, a referência maior é aplicar para melhoria da quantidade e qualidade. A referência

1218 não é custeio de bacia. Eu fiquei meio assustada até quando a ANA disse que a
1219 maior referência era o custeio de bacia, socorro, não é, nem percentualmente é.
1220 Então, quer dizer, não é uma coisa simples, eu acho que inclusive nós podemos
1221 por até prazo, mas não sermos rígidos nisso, que é melhor uma proposta bem-
1222 feita do que uma proposta malfeita, para depois não dar prazo, e é um tema
1223 também recorrente. Então coloque prazo podendo ser renovado, mas deixa a
1224 CTCOB dar liberdade de fazer como queira, que ela pode fazer inclusive
1225 convocando especialistas, fazendo seminários, fazendo discussões mais amplas,
1226 ok?

1227
1228
1229 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (SRHU/DRH)** – Só para reforçar e
1230 concordar, a Patrícia acabou de tirar da minha boca o que eu ia dizer, eu
1231 concordo, concordo também com a Livia, que nós sabemos que não é um assunto
1232 fácil, se fosse fácil teria sido resolvido logo. Também concordo que tem que se dar
1233 um prazo para nós não ficarmos, mas esse prazo deixar por conta da própria
1234 Câmara Técnica para se estruturar e resolver essa questão, se dentro de duas
1235 reuniões, na segunda reunião se não chegar, ela viria aqui e explicaria porque não
1236 chegou, o que está faltando e o que deixou de contar, eu pediria um prazo maior.
1237 Mas deixaria para a Câmara Técnica, nós percebemos que nós não resistimos a
1238 discutir resultado de Grupo de Trabalho, daí todo negócio vem, volta, muda a
1239 vírgula. Então é preferível deixar a Câmara Técnica desencadear o processo
1240 segundo... eu concordo com o que o presidente da Câmara Técnica falou, e com a
1241 conselheira Patrícia.

1242
1243 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –
1244 Muito obrigado, diante das manifestações eu consulto a conselheira Aparecida
1245 se... ok. Então colocamos em votação, acho que não precisa, já é consenso.
1246 Consulto o plenário se nós podemos encerrar e continuar amanhã com o item 3.6
1247 da pauta. A matéria foi aprovada, seis meses. Amanhã, 9h da manhã, tenham
1248 todos uma boa noite e bom descanso.